
TRAUMA, MEMÓRIA E TESTEMUNHO EM A VIDA E A LUTA DE UMA SOBREVIVENTE DO HOLOCAUSTO, DE SABINA KUSTIN

Lizandro Carlos Calegari¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar o livro *A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto* (2005), de Sabina Kustin, considerando o trauma da vítima, a memória e a importância do relato testemunhal. Atingida brutalmente pela violência, Kustin deixa em seu relato marcas do trauma formulado no passado, mas que atingem sua memória e seu presente. A escrita seria, então, um meio de revisão desse passado traumático e uma possibilidade de alívio ou amenização da dor. Para o embasamento da presente proposta, levam-se em conta estudos de autores como Walter Benjamin, Dori Laub, Regina Igel e Márcio Seligmann-Silva.

Palavras-chave: Literatura da Shoah; testemunho; trauma; memória.

Abstract: This paper undertakes an analysis of Sabina Kustin's *A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto* (2005), focusing principally on the victim's trauma and memory, as well as on the importance of the testimony itself. Brutally shaken by the violence of her experience, Kustin's text is marked by the traumas formulated in her past that affected her memory and her present life. Thus, writing works as an instrument that allows her to review her traumatic past and also as a possibility of relieving her pain. Walter Benjamin, Dori Laub, Regina Igel, and Márcio Seligmann-Silva are the principal writers on which the present approach is based.

Keywords: Shoah literature; testimony; trauma; memory.

Depois da Segunda Guerra Mundial (1942-1945), observou-se um aumento vertiginoso de relatos com forte teor testemunhal preocupados em dar conta da experiência de sobreviventes nos campos de concentração nazistas na Europa. Muitas dessas obras foram escritas por vítimas que permaneceram em seus países naquele continente após a sua libertação; outras, porém, foram redigidas em terras distantes². Isso porque considerável parcela desses indivíduos, por razões diversas, acabou partindo da Europa. Se a fuga, naquela ocasião, era uma necessidade ou uma espécie de solução viável para diversos dilemas, reconstruir suas vidas e deixar um legado à humanidade acerca de seu passado era um imperativo para essas pessoas. Esse legado, na maioria das vezes, eram histórias narradas, quase sempre, pelos próprios sobreviventes com o propósito maior de não se deixar o passado se perder.

O Brasil, a exemplo de outros países, recebeu alguns desses sobreviventes, os quais, em momentos diversos, foram estimulados a escrever sobre o seu passado. Não obstante, como atesta Márcio Seligmann-Silva (2007), a presença dessa literatura que narra a experiência de sobreviventes do holocausto é extremamente marginal no país. Embora se possa constatar pelos relatos que as vítimas

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor de Literatura no Colégio Politécnico da UFSM e do PPGL da mesma instituição. E-mail: lizandro.calegari@yahoo.com.br

² Convém registrar que relatos dessa natureza não precisam ser escritos necessariamente pelas testemunhas oculares dos eventos. Trata-se, nesse caso, daquilo que Seligmann-Silva (2007) denomina de "testemunho secundário".

foram bem acolhidas pelos brasileiros, o mesmo acabou não ocorrendo com as suas produções. Essas ficaram reduzidas a um público leitor bastante específico formado ou por pesquisadores interessados por esses temas ou pelos próprios familiares desses então escritores. Entretanto, conforme o crítico, apesar desse panorama desolador, existe uma pequena, mas não por isso pouco importante literatura da Shoah produzida no Brasil.

Em seus estudos, Seligmann-Silva (1998) destaca a preferência pelo uso do vocábulo Shoah em vez de holocausto. O autor explica que esse último deriva do grego (*holócauston*), que aparece na mais antiga versão da Bíblia e que foi transcrito por São Jerônimo na Vulgata pelo termo *holocaustum*. Essa palavra significaria “queimar totalmente” e era empregada para denominar o sacrifício ritual marcado pela imolação não apenas entre os judeus, mas também por outros grupos. No pós-guerra, esse termo passou a ser empregado para designar o assassinato dos judeus europeus nos campos de concentração. Assim, o crítico salienta que essa denominação não teria sido aceita por muitos estudiosos do tema e pela maioria dos judeus, pois esses negam que aquele morticínio possa ter sido considerado um sacrifício e muito menos reduzido a um fenômeno a mais na linha ascendente da história. Por isso, a opção do ensaísta pelo termo hebraico *Shoah*, ou *Shoa*, que quer dizer “catástrofe”, “destruição”, “aniquilamento”.

Essa literatura da Shoah, então, que traduz os sentimentos de desilusão, fracasso e frustração de seus sobreviventes, acabou constituindo um *corpus* de pesquisa que merece atenção por razões diversas. Convém citar algumas. Em primeiro lugar, porque esses relatos servem como um ato de denúncia dos absurdos vividos pelos sobreviventes; em segundo, porque constituem uma espécie de legado para as gerações futuras; em terceiro, porque é uma dívida de memória para com os que morreram; por fim, porque são meios encontrados pelas vítimas para se livrar, mesmo que parcialmente, dos traumas vividos. Os eventos narrados são apresentados como eventos negativos, visando a prevenir, de alguma maneira, a repetição desse tipo de horror (SELIGMANN-SILVA, 2007).

Em relação à produção de relatos de imigrantes europeus que aportaram no Brasil, é Regina Igel quem, 1997, faz um primeiro levantamento de obras e tendências dessa literatura. A autora dividiu em três vertentes os livros que analisou. Para ela, haveria 1) obras de cunho pedagógico, que estariam interessadas em apresentar o que aconteceu com a “mínima elaboração imaginativa”; 2) obras de cunho ficcional, com narrador onisciente, narrativa em terceira pessoa e estratégias literárias; e 3) obras híbridas, que transitam entre esses dois modelos. De acordo com a pesquisadora, logo depois da Segunda Guerra Mundial, observou-se um grande número de obras de teor

pedagógico, preocupadas com uma apresentação “direta” e “objetiva” do fato histórico; num momento posterior, surgiram questionamentos acerca dessa capacidade de se representar objetivamente o real e, por isso, os relatos começaram a ser marcados por um trabalho reflexivo com a linguagem.

Atualmente, parece que os debates a respeito dessas categorizações não são tão tranquilos assim. Primeiro, porque também se verificam relatos publicados imediatamente após a Segunda Guerra que resguardam uma preocupação com um trabalho específico com a linguagem; segundo, porque é difícil e arriscado afirmar o que é “verdade” e o que é “ficção” numa obra testemunhal. Conforme Seligmann-Silva (2007), quando se pensa, fala ou escreve, não se pode fazê-los sem o auxílio da imaginação. Em contrapartida, mesmo o texto aparentemente mais escasso em termos estéticos pode guardar uma preciosa lição literária. Logo, testemunho e literatura são indissociáveis. A literatura de testemunho, que exige um olhar para seu teor testemunhal, põe em xeque as fronteiras entre o literário, o fictício e o descritivo. Nesse sentido, qualquer tentativa de se estabelecer uma tipologia rigorosa dessa produção literária sobre a Shoah estará fadada ao fracasso.

A literatura de testemunho apresenta outras particularidades que merecem atenção. Ela procura responder a uma demanda posta pelos estudos culturais e pós-coloniais de se pensar um espaço de leitura e de escuta, de escritura e de voz daqueles que até então não tinham direito a esses, por assim dizer, privilégios. Trata-se, pois, de um conceito que tem um papel central nos estudos de literatura de minorias. Provavelmente, essa produção surge como uma resposta ao que Walter Benjamin (1985) esboçou de forma contundente em seu ensaio “Sobre o conceito da história”, de 1940: “[o] cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (p. 223). Ou seja, a literatura de testemunho procura justamente responder a essa demanda, isto é, ela visa a resgatar aquela história considerada menor e sem valor para o historicismo a fim de que ela não seja negligenciada.

Além disso, ela tem sido pensada na Europa e nos Estados Unidos a partir de leituras que cruzam os discursos da teoria da literatura, da disciplina histórica e da teoria psicanalítica. O discurso testemunhal é analisado tendo a literalização e a fragmentação como características centrais, sendo, ainda, marcado por uma tensão entre oralidade e escrita. A literalização consiste na incapacidade de o sobrevivente traduzir o vivido em imagens ou metáforas; a fragmentação é uma forma de literalizar

a psique cindida do traumatizado e apresentá-la ao leitor. A incapacidade de incorporar numa cadeia contínua a imagens “vivas”, “exatas”, também define a memória dos traumatizados.

No âmbito anglo-saxão, a noção de literatura de testemunho tem relação com os grandes tribunais do pós-guerra (lugar de origem das ondas de testemunho), assim como um diálogo com os estudos literários latino-americanos (em que o conceito de *testimonio* foi importante a partir dos anos 1970). No contexto de língua germânica, até os anos 1990, costumava-se falar mais de *Holocaust-Literatur*, antes da introdução do conceito de *Zeugnisliteratur* pela via tanto dos estudos da Shoah como da América Latina. Conforme Seligmann-Silva, não se procura normalmente nessa bibliografia definir de modo estrito qual seria a literatura de testemunho. De um modo geral, trata-se do conceito de testemunho e a forte presença desse elemento nas obras de sobreviventes ou de autores que enfocam a catástrofe do século XX. Esses autores podem ser tanto testemunhas primárias quanto secundárias.

No Brasil, é possível considerar a presença tanto de testemunhos primários (escritos por sobreviventes que apresentam as experiências vividas em “primeira mão”) quanto secundários (escritos por não-sobreviventes). Como adverte Seligmann-Silva (2007), ao se diferenciarem os escritos que enfocam a Shoah produzidos no Brasil a partir de tais conceitos, não se quer qualificar pejorativamente esses últimos, mas tão somente utilizar uma categorização possível dentro dos estudos do fenômeno do testemunho. São categorizações que levam em conta o passado judeu desses sobreviventes. Ainda de acordo com o crítico, para se construir um quadro mais amplo da memória da Shoah, seria importante pesquisar se foram produzidos, no Brasil, relatos de sobreviventes de campos de concentração com outros *backgrounds* não judaicos, como no caso de sobreviventes políticos, homossexuais, testemunhas de Jeová, ciganos ou membros de outros exércitos que caíram nas mãos dos nazistas.

Dentro da primeira tendência, isto é, dos testemunhos primários, Seligmann-Silva (2007) menciona os seguintes relatos e autores: *Quero viver... memórias de um ex-morto* (1972), de Joseph Nichthausser, *...E o mundo silenciou* (1972), de Ben Abraham, *Pesadelos* (1976), de Konrad Char-matz, *Rumo à vida* (1979), de Olga Papadopol, *Os lobos* (1983), de Alexandre Storch, *Lembranças enevoadas* (1984), de Sonia Rosenblatt, e *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2005), de Sabina Kustin. Já na segunda tendência citada, têm-se os seguintes títulos e autores: *A guerra do Bom Fim* (1972), de Moacyr Scliar, *Contos do imigrante* (1956), de Samuel Rawet, *Hitler manda lembranças* (1984), de Roberto Drummond, *A vida secreta dos relógios e outras histórias* (1994),

de Roney Cytrynowicz, *Breve fantasia* (1995), de Samuel Reibscheid, e *Nas águas do mesmo rio* (2005), de Giselda Leirner.

O propósito deste trabalho não é comentar todos os relatos mencionados, nem a maioria deles, mas focar em uma obra – *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2005), de Sabina Kustin – com o intuito de elucidar as principais características da literatura de testemunho sobre a Shoah no Brasil escrita por uma testemunha primária. Em trabalhos subsequentes, serão feitos recortes específicos dessa produção para estudo mais detalhado, considerando outros livros elencados. Aqui, são discutidos alguns itens que entram em pauta quando se alude à literatura de testemunho tais como a singularidade do evento, o trauma, a memória e a importância do relato testemunhal.

O livro de Sabina Kustin, como o próprio título elucidado, aborda a trajetória de vida de uma sobrevivente da Shoah e, também, da vida urbana de São Paulo. Assim, diferentemente de tantos relatos que se centram basicamente na experiência da vítima nos campos de concentração, *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* vai além, pois a autora narra episódios de sua vida após a libertação das mãos dos nazistas e a partida da Europa. Nesse sentido, Kustin procura elaborar os traumas de seu passado, mas também se empenha em apresentar os sofrimentos enfrentados em sua nova pátria, o Brasil, caracterizada pela violência urbana de que foi vítima. Assim, em certo sentido, o livro amarra duas pontas da vida da autora: uma atrelada ao horror do nazismo, no passado, e outra ligada à violência urbana, no presente. É claro que os sofrimentos no Brasil foram menores do que aqueles vividos na Europa, mas a violência vivida aqui, ao que parece, despertou o trauma de Kustin do passado.

Sabina Kustin nasceu em Lodz, na Polônia, em 1928. Até os 12 anos de idade, teve uma infância tranquila junto à sua família. Em setembro de 1939, porém, os alemães invadem a sua cidade natal, e sua vida, assim como a de todos os judeus daquele local, começa a mudar radicalmente. A cidade foi cercada, e seus habitantes são gradualmente exterminados. Separada de sua família, que, segundo ela, teria sido queimada viva, Kustin passou a viver com outras crianças, escondida em buracos sujos, passando fome e frio. Numa noite de 1940, foi capturada pelos nazistas. Quando estava sendo levada provavelmente a um campo de extermínio, foi salva pela intercessão de um padre. Por mais de um ano, viveu escondida, com outras crianças, no porão de uma igreja católica. Esse abrigo, contudo, foi denunciado, e o padre conduziu as crianças até as fronteiras da União Soviética. No final de 1944, ela foi presa e conduzida para o campo de concentração de Bergen-Belsen, de onde foi libertada pelos britânicos, em abril de 1945. Aderiu ao movimento sionista e

testemunhou cenas históricas como o ataque ao navio *Exodus*, em 1947, e o nascimento do Estado de Israel, em 1948. Em Israel e, depois, no Brasil, teve uma vida mais confortável, sendo, todavia, vítima da violência urbana em São Paulo, onde reside atualmente.

O livro, apesar de ter como autora Sabina Kustin, foi escrito sob orientação da Profa. Maria Luiza Tucci Carneiro. Esse detalhe, embora pareça insignificante, é importante para se entenderem algumas particularidades relacionadas à literatura de testemunho. Por um lado, como adverte Seligmann-Silva (2007), isso explica as longas passagens com detalhes históricos no livro e o registro acadêmico de muitos de seus trechos, o qual contrasta com a linguagem coloquial e o tom familiar observados nas demais partes do manuscrito. Por isso, essa obra de Kustin “ocupa um meio-termo entre um livro de introdução aos fatos históricos e as obras de testemunho publicadas pelos próprios autores [...] e com circulação praticamente apenas familiar” (SELIGMANN-SILVA, 2007, s. p.). Nesse sentido, salienta o crítico, pode-se estabelecer uma relação dessa obra com os vídeos-testemunhos que, sem essa natureza híbrida e com passagens acadêmicas, tem um fim (não apenas, mas também) familiar.

Mais precisamente, Kustin afirmou: “[o]s relatos na primeira pessoa deste livro foram escritos por meu próprio punho, sob a orientação da Profa. Maria Luiza Tucci Carneiro” (KUSTIN, 2005, p. 26). Partindo-se desse enunciado, é possível constatar que o relato testemunhal é sempre individual, pois traz um olhar particular da vítima sobre um evento que é único. As dores vividas, os traumas enfrentados e as memórias esfaceladas fazem com que o relato seja insubstituível. Embora, em determinados momentos, outros sobreviventes tenham passado por experiências similares às de Kustin, o seu discurso é singular, único, insubstituível e marcado pela incompletude. Por mais que o relato testemunhal pareça dotado de linearidade e totalidade, ele não é. Entre uma cena e outra, figuram inúmeros hiatos e lacunas. No livro de Kustin, observam-se vários saltos temporais que atestam um vazio, aquilo que poderia ter sido dito, mas que não foi, por razões diversas. Assim, em menos de duas páginas, a autora fornece detalhes genéricos de sua experiência dentro de um espaço de três anos:

[o]s alemães nos levaram para o campo de concentração de Bergen-Belsen, no final de 1944. Lembro-me até hoje dos seus grandes e aterradores portões sendo abertos para a entrada das fileiras de novos prisioneiros. [...] No campo, éramos esqueletos humanos. Mal conseguíamos andar. Em 15 de abril de 1945, os britânicos libertaram Bergen-Belsen, símbolo das dimensões da Solução Final [...]. Somente em 1946, voltei ao gueto de Lodz, onde havia presenciado mortes e mais mortes e no qual fui separada de toda a minha família. (KUSTIN, 2005, p. 57-58)

Veja-se que, na primeira frase, a autora situa sua experiência “no final de 1944”, associando a essa data algumas reminiscências. Em seguida, ela situa o leitor no dia “15 de abril de 1945”. A esse período ela associa a sua condição desumana (“éramos esqueletos humanos”) e a sua libertação pelos britânicos. Por fim, ela faz referência ao ano de 1946, quando retorna a Lodz. São muito poucos eventos narrados pela autora para um período de três anos. Com isso, não quer se chamar a atenção para uma possível falha de composição da narrativa. Ao contrário, deseja-se mostrar ao leitor que outros acontecimentos estão possivelmente atrelados a essas datas, mas coube a autora uma seleção – consciente ou não – do que narrar ou, se se quiser, do que “salvar”.

A singularidade, nesse caso, aplica-se também à Shoah, evento central dentro da teoria do testemunho. Desde 1980, a Shoah vem sendo caracterizada pela sua radicalidade e conseqüente singularidade. Trata-se de um evento limite sem precedentes na história, exigindo-se parâmetros de compreensão diferenciados. Nas palavras de Kustin (2005, p. 106), “[f]aço questão de ressaltar que o Holocausto é um fenômeno único na história da Humanidade”. Conforme Seligmann-Silva (2005, p. 83), devido a essa singularidade, o evento “estaria ‘para além’ de toda compreensão”. Logo, complementa o crítico, a sua magnitude não deve ser discutida em termos numéricos, mas em termos qualitativos. Ainda segundo o ensaísta, “[o] evento catastrófico é um evento singular porque, *mais do que qualquer fato histórico*, do ponto de vista das vítimas e das pessoas nele envolvidas, *ele não se deixa reduzir em termos do discurso*” (2005, p. 83; cf. ainda SELIGMANN-SILVA, 2000).

Essa constatação de Seligmann-Silva ajuda a compreender por que Kustin, para escrever o seu livro, foi auxiliada pela Profa. Maria Luiza Tucci Carneiro. Existe uma dificuldade – ou mesmo uma impossibilidade – de se traduzir a Shoah em palavras, em discurso, dada a intensidade do evento, daí o recurso da vítima em ser orientada pela professora. Particularmente no que diz respeito a essa resistência em descrever o passado, Kustin escreve: “[n]ão existem palavras para dimensionar os horrores arquitetados por Hitler e seus seguidores” (2005, p. 21) ou, ainda, “[é] impossível descrever o terror a que assisti da minha janela” (2005, p. 43).

Essa necessidade de auxílio para se conceber o relato do que foi vivido está diretamente associada a uma particularidade da vítima traumatizada. Quando se fala em literatura de testemunho, está-se aludindo ao trauma causado pelo impacto do evento na testemunha. Paralelamente a isso, está a dificuldade de o indivíduo falar ou escrever a respeito do que viveu. O psicanalista Dori Laub, estudioso do assunto e ele mesmo vítima do nazismo, é enfático em seus argumentos quando afirma que a vítima da Shoah – ou de qualquer outro evento traumático – precisa de suporte no momento

da narração de sua experiência (LAUB, 1992; 1995). Acrescenta-se a isso o fato de muitas testemunhas terem dificuldade de assumir a primeira pessoa do discurso no momento do relato, seja ele oral ou escrito, pois são incapazes de “ouvir” a sua própria história e suportar a dor da cena vivida.

O trauma provoca no indivíduo uma série de sintomas. A vítima é caracterizada por situações de angústia, depressão, insônia, pesadelos recorrentes, apatia, problemas somáticos, incapacidade de verbalização da experiência, culpa por ter sobrevivido e um trabalho de trauma que não é concluído (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 68). Devido à intensidade da dor, o sujeito pode inclusive perder, por um período, as noções exatas de tempo e de espaço. Em algumas passagens do seu relato, Kustin escreve:

[a] brutalidade [cometida pelos nazistas] chocava. [...] Em pleno inverno, batíamos os dentes de tanto frio, foi uma longa agonia. Não distinguíamos o dia da noite, tal era a dimensão da desgraça. Escutávamos sem parar a batida das botas dos alemães. Ao ouvirmos o refrão da cadência de sua marcha, “*ei, tzvei* [...]” (‘um, dois [...]’), temíamos que o fim estivesse chegando. Morriamos um pouco de cada vez. [...] Viajamos por muito tempo na carroça camuflada, como se fosse um transporte para trabalho. Esse longo trajeto parece ter levado um século. (2005, p. 44, 51 e 53)

Esse excerto, extraído de diferentes passagens do livro, traz algumas características do sujeito traumatizado. A intensidade da cena vivida é tão impactante, que penetra o escudo protetor do indivíduo, causando-lhe um trauma. O impacto desse trauma é tão poderoso, que a vítima – no caso, Kustin – afirma ter perdido a capacidade de distinção entre o dia e a noite. No final do fragmento, as noções espaciais e temporais parecem confundir a autora. Por ter supertramado a cena, a testemunha associa os passos de botas dos então inimigos ao sofrimento, à morte, ao extermínio. O medo da repetição da dor vivida é constante no traumatizado. O passado é revivido no presente ou, dito em outras palavras, o presente pode encerrar situações que ativam a memória traumática.

Esse aspecto é claramente percebido em Kustin muitos anos depois de ter sido libertada dos campos de concentração, quando ela já estava residindo em São Paulo. Em 05 de maio de 2000, por volta das 21 horas, a autora estava em seu apartamento com um casal de amigos, quando vê quatro homens armados invadirem a sua sala. Ela ficou perplexa, começou a chorar e a se lamentar. Um dos assaltantes lhe ameaçou, apontando-lhe uma arma. Felizmente, só tiveram perdas materiais. A violência gerada por essa situação fez Kustin reviver o trauma passado, subtraindo dela o desejo de continuar vivendo:

[l]ogo após o acontecido, desmaiei. Entrei em choque e queria morrer. Estive à beira do suicídio, deixando minhas filhas muito preocupadas. Outra vez fiquei na miséria,

sem um tostão para viver. Não falava, não comia. Só queria pôr fim a esse sofrimento. Meu drama virou notícias nos jornais e nas televisões do Brasil. Houve muita solidariedade. Pessoas falavam da minha bravura. Dia e noite o telefone tocava. As pessoas queriam saber como eu estava. Vi o desespero da minha família arrasada, chorando e temendo pela minha vida. Precisei deixar o apartamento, que ficou todo arreventado, e mudar para outro lugar. (KUSTIN, 2005, p. 107)

Em termos lacanianos, pode-se afirmar que uma falha do princípio do prazer leva necessariamente à concepção de uma pulsão de morte (LACAN, 2003). Tendo uma vida marcada por dores, perdas e frustrações, isto é, tendo seu princípio de prazer sabotado, Kustin é acometida por pulsões de morte, querendo, por isso mesmo, pôr fim à sua existência e ao seu sofrimento. Como decorrência disso, ela torna-se apática, anestesiada afetivamente, não querendo se alimentar, nem falar, nem confortar sua família. Mais uma vez, o apoio das pessoas, dos amigos, dos conhecidos e dos familiares foi essencial para a sua sobrevivência. O vazio que se instalou em sua vida foi preenchido por sua profunda fé e crença em Deus, como ela própria declara em várias passagens do seu relato.

Não se pode ignorar a relação entre a literatura de testemunho e o trauma, nem a relação deste com a memória. No prefácio de *A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto*, Tucci Carneiro afirma ser este “um *livro de memórias*” (KUSTIN, 2005, p. 14). A própria autora, nas páginas iniciais de sua obra, declara ter escrito as suas “memórias” (KUSTIN, 2005, p. 20). Trata-se, pois, de uma memória traumatizada, esfacelada, nem sempre – involuntariamente – fiel ao ocorrido ou ao vivido, já que o trauma impediu ao sujeito o acesso ao simbólico, em particular, à linguagem. Sigmund Freud, aliás, em “Além do princípio do prazer”, afirma, em relação ao sujeito traumatizado, que este “não pode recordar a totalidade do que nele se acha reprimido” (1976, p. 31).

Toda seleção implica uma exclusão, uma supressão de cenas. A memória, por fatores diversos, é seletiva. A memória do sujeito traumatizado também o é, já que a vítima, consciente ou inconscientemente, não gostaria de encarar o passado com toda carga de horror. Isso ajuda a justificar as diversas lacunas presentes nos textos memorialísticos. Em várias passagens do livro de Kustin, verificam-se essas ocorrências:

[e]m minhas memórias, meu avô paterno, Hirsch Rachel Kustin, aparece como um homem forte, alto, rigoroso e muito trabalhador. [...] Dos meus avós maternos, não tenho recordações. O pouco que sei se deve à lembrança dos irmãos de minha mãe. [...] Não tenho a noção exata de quanto tempo estivemos nessa agonia. Acredito que ficamos lá por mais de um ano. [...] Vi muitas pessoas caídas, doentes, desesperadas, algumas sem poder nem mesmo falar, enlouquecidas, sendo levadas para o crematório. (KUSTIN, 2005, p. 36, 38, 54 e 58)

Que a memória é seletiva, isso fica evidente na leitura de algumas passagens do livro, a exemplo do que se observa nos trechos acima. Nos primeiros excertos reproduzidos, nota-se a imprecisão de Kustin na descrição de suas memórias: do seu avô paterno ela afirma ter uma imagem construída a partir de sua experiência de infância; dos seus avós maternos ela diz não se recordar de nada; de um período de sofrimento e de agonia ela acredita ter ele sido de mais de um ano; contudo, em relação às cenas de horror, ela não demonstra incertezas nos detalhes. A sua descrição da cena coincide com a sua experiência ocular. A sua memória parece ter selecionado algumas imagens do passado em detrimento de outras.

Como quer que seja, o que convém ter em conta é que a memória de Sabina Kustin, assim como a de outros sobreviventes da Shoah, é uma memória que visa a subverter o silêncio do discurso oficial, é uma memória que vai na contramão da proposta ideológica do historicismo e que objetiva a uma “revisão (auto)crítica do passado”, nos termos de Michael Pollak (1989, p. 5). Essa memória, somada às memórias de outras vítimas, se revolta e se afirma a partir de um sentimento de absurdo e de abandono, ela se considera “mal compreendida e vilipendiada” e, por isso, “se engaja num combate contestatório e militante” (POLLAK, 1989, p. 7). Essa é não apenas uma das funções da memória, mas também do relato em si, onde se encontram incrustadas as dores e os traumas do passado.

Nesse sentido, o relato testemunhal é importante por diversos motivos. Muitos dos sobreviventes dos campos de concentração, depois de sua libertação, optaram ou por calar-se ou por expor suas memórias a quem quisesse lê-las ou ouvi-las. As razões para os silêncios são variadas: ou a vítima sente vergonha do que viveu, ou é uma estratégia de proteção e/ou de autopreservação, ou está tomada por um sentimento de culpa, ou não está preparada para narrar seus traumas, ou por ainda não ter encontrado um ouvinte ideal. Veja-se que Sabina Kustin demorou muitos anos para contar a sua história e, ao que parece, só o fez por estímulo e apoio de algumas pessoas que lhe eram próximas. Conforme a autora, “[h]á 60 anos minha tragédia pessoal ainda está escondida, camuflada do mundo” (KUSTIN, 2005, p. 19).

Vencer a barreira do silêncio é um desafio enorme para esses sobreviventes. Eles ficam presos a um duplo mandamento contraditório: por um lado, sentem a necessidade de falar ou escrever sobre a sua história de vida, por outro, julgam-se incapazes frente às dimensões do evento a ser narrado. Todavia, a narração, oral ou escrita, desempenha um papel hermenêutico. Ela é importante para que a vítima organize o seu passado, retrace as suas lembranças e, com isso, possa ter um alívio da carga

traumática. Nas palavras de Kustin, “[e]screver sempre foi uma necessidade, um desejo, uma compulsão ou, simplesmente, uma válvula de escape, a única que eu possuía” (2005, p. 19).

O relato serve também como um meio de denúncia aos horrores pelos quais os líderes de um país ou nação são responsáveis. Quem viveu os pesadelos dos campos de concentração, sabe que a justiça ainda não foi feita por completo – talvez nunca será. Entre 14 de novembro de 1945 a 4 de outubro de 1946, na cidade alemã de Nuremberg, ocorreram os julgamentos dos criminosos de guerra. Foram julgados os líderes sobreviventes da cúpula nazista, aprisionados ou foragidos, e todas as organizações que apoiaram o regime nazista. Mesmo sendo condenados, na cabeça das vítimas, as reparações jamais serão concluídas a contento. Na opinião de Kustin, “[c]onsidero aquele julgamento como inacabado, porque não há preço para milhões de vidas inocentes ceifadas pela intolerância e pelo racismo. Que fique registrado, para a memória da *Shoá*, que os nazistas pareciam se divertir com a morte” (2005, p. 65-66).

Além disso, ao escrever seu livro, um dos objetivos da autora era, nas suas palavras, “engrossar o coro dos que lutam pela paz, além de servir de conforto para desesperançados ou vítimas de outros males modernos, como a miséria, as drogas e o terrorismo” (KUSTIN, 2005, p. 24-25). Em seu relato, nota-se que, para cada trauma vivido, Kustin responde com um gesto de superação e vitória, o que serve de exemplo para todos aqueles que se encontram, em um nível ou em outro, desassistidos ou desamparados. A autora também busca sensibilizar os leitores de que todos são iguais, de que não existe uma “raça” superior e outras inferiores, como queriam os nazistas. Com isso, seu maior objetivo talvez seja não deixar o passado se perder, para que as tragédias não se repitam: “[e]screvo não só para lembrar fatos, mas também a fim de clamar para que outros horrores não se repitam, como a morte em massa de seres humanos indefesos” (KUSTIN, 2005, p. 112).

Engana-se quem pensa que o relato de Kustin é isento de literariedade, embora ela própria tenha traçado esse projeto: “[q]uando decidi escrever as minhas memórias, quis oferecer a todos uma história sem mentiras, sem imaginação, sem fantasia” (KUSTIN, 2005, p. 20). Em alguns momentos, entretanto, a autora ocupa-se de uma prosa em que dá vazão à escrita criativa. Algumas passagens merecem ser reproduzidas: “[m]eu sonho de menina acabou. O sol não brilhou mais. O céu de Lodz parecia uma grande nuvem preta e a cidade nos lembrava a morte” (KUSTIN, 2005, p. 51-52); mais adiante, lê-se: “[e]u me sentia como um navio, pois parava nos portos e não sabia aonde iria chegar” (KUSTIN, 2005, p. 80). Enfim, trata-se de indicações que apontam para a ideia de que há lugar para o estético num mundo caduco, reificado, desumano e violento; e contra os autoritarismos e os

totalitarismos há pessoas empenhadas em impor resistências e barreiras assinaladas pela ética, pelo respeito e pelo humano.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Vol. I. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232.

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer. In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas**. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 17-85.

IGEL, Regina. **Imigrante judeus, escritores brasileiros**: o componente judaico na literatura brasileira. São Paulo: Perspectiva, Associação Universitária de Cultura Judaica, Banco Safra, 1997.

KUSTIN, Sabina. **A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. 150p. (Coleção Testemunhos).

LACAN, Jacques. **A identificação**: seminário IX (1961-1962). Trad. Ivan Corrêa e Marcos Magno. Recife: Centro de Estudos Freudianos de Recife, 2003.

LAUB, Dori. Bearing Witness, or the Vicissitudes of Listening. In: LAUB, Dori; FELMAN, Shoshana (Eds.). **Testimony**: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis and History. New York/London: Routledge, 1992. p. 57-74.

LAUB, Dori. Truth and Testimony: the Progress and the Struggle. In: CARUTH, Cathy (Ed.). **Trauma**: Explorations in Memory. Baltimore/ London: Johns Hopkins University, 1995. p. 61-75.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 3-15, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur (Orgs.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-98.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura da Shoah no Brasil. **Arquivo Maaravi**, Belo Horizonte, n. 1, v. 1, s. p., out. 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. **Letras**, Santa Maria, n. 16, p. 09-37, jan./jun., 1998.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e trauma: um novo paradigma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da cultura**: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Ed. 34, 2005. p. 63-80.

Recebido em 08 de outubro de 2018

Aceito em 28 de dezembro de 2018